



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO COM PARTICIPAÇÃO AMPLA – DISPUTA DE LANCES SISTEMA ABERTO C/PRORROGAÇÃO DO TEMPO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2024.

DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA 28/05/2024.
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/06/2024 ÀS 09h00min HORAS.
ENDEREÇO ELETRÔNICO ONDE OCORRERÁ A SESSÃO PÚBLICA:
www.selcorp.com.br

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, ESTADO DO PIAUÍ por intermédio do seu Pregoeiro e membros da equipe de apoio, no uso de suas atribuições legais e competências delegadas por portaria, torna público que se acha aberta, neste Município, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de licitações denominado “SISTEMA SELCORP DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - PI, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, Obedecidas todas as disposições contidas na Lei 14.133/21 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, Decreto 10.024 e Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e ainda, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e dos dispositivos e exigências previstas neste Edital e seus anexos. As propostas e os documentos para habilitação deverão obedecer às especificações deste Edital e seus anexos e serem encaminhados, concomitantemente, até a data e horário constantes neste Edital, por meio eletrônico após o cadastro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no SISTEMA SELCORP DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.selcorp.com.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites para inserção de propostas e início da sessão previstos no presente Edital, para o fim de providenciar seu credenciamento junto ao sistema eletrônico de licitações em tempo hábil para viabilizar sua participação na licitação.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - PI, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3. A licitação será realizada em lotes conforme consta no Anexo I – Termo de Referência.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Pregão Eletrônico e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e de seu integral cumprimento.

1.6 Poderão participar desta licitação os interessados em contratar com o Poder Público, empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil, que atuem em atividade econômica compatível com o objeto e que sejam seus representantes legais detentores de login e senha para acesso ao sistema SELCORP.

1.7 O cadastro da licitante e seus representantes é gratuito e deverá ser realizado junto à administradora do sistema eletrônico, diretamente no site www.selcorp.com.br, na opção “CADASTRE-SE” mediante apresentação de documentos e assinatura eletrônica do contrato de concessão de acesso, ANTERIORMENTE à abertura da sessão pública, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e autorizará a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do sistema SELCORP.

1.8 Os documentos necessários para o cadastro da licitante estão relacionados no Termo de Condições de Uso, disponível no site www.selcorp.com.br.

1.9 O login e senha é de uso pessoal e intransferível e todos os atos praticados através de sua utilização será de responsabilidade do seu detentor.

1.10 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante vencedor, que pagará à administradora do sistema eletrônico, o valor equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação definidos no contrato de concessão de acesso.

1.11 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido dos dados de acesso, ainda que por terceiros.

1.12 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.13 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.14 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

1.15 Não poderão disputar esta licitação:

1.15.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.15.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.15.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.15.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

1.15.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.15.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.15.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.15.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

1.15.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.15.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.17. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de licitações da SELCORP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do sistema eletrônico de licitações, relativos ao Pregão Eletrônico.

1.18. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento ou sua regularização contatando o administrador do sistema SELCORP.

1.19. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

1.20 Os interessados em participar deste Pregão poderão obter maiores informações sobre cadastro e credenciamento junto à Central de Atendimento da SELCORP, pelo telefone (14) 99164-9190 (whatsapp) ou diretamente no site www.selcorp.com.br.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: www.selcorp.com.br.

2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial de Nossa Senhora de Nazaré-PI no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO I.1 – MODELO DE PROPOSTA INICIAL.

ANEXO I.2 – MODELO DE PROPOSTA READEQUADA.

ANEXO II.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CF/88.

ANEXO II.2 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE.

ANEXO II.3 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

ANEXO III: MINUTA DE CONTRATO.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.2 <https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/mural/>

3.2.1.3. www.selcorp.com.br; e

3.2.1.4. <https://nossasenhordenazare.pi.gov.br/nossasenhordenazare/licitacoes>

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra: Entrega dos objetos em até: 05 (cinco) dias. Vigência do contrato até 31 de dezembro de 2024, ou seja até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I, e termo de contrato. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação: Fonte de recursos: fpm, fmas, fms, fus, fundeb, icms, recursos próprios e tributos, no elemento de despesa 339030- Material de consumo.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.selcorp.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.selcorp.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas no Edital, legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.8.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.9.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua PROPOSTA mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

9.1.1. Será obrigatório a inserção de proposta inicial no sistema eletrônico conforme modelo de proposta ANEXO II.1. A proposta inicial do proponente, a ser anexada/cadastrada no sistema eletrônico, deverá conter os valores unitários e total da proposta, em moeda nacional vigente, em algarismos e o total também por extenso, sem ressalvas, entrelinhas, emendas, rasuras ou borrão, com até 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), e marcas dos objetos, no qual o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, vedada qualquer tipo de identificação do licitante, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência”. Caracteriza-se identificação qualquer informação que leve ao Pregoeiro(o) ter conhecimento, direta ou indiretamente, do nome da pessoa jurídica, razão social, CPF, CNPJ, ou quaisquer outros dados, esta exigência visa proteger o sigilo da identificação do concorrente aos demais participantes do Processo.

9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria inicial";

9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

9.4.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.5.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.10.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.11.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.12.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor global de cada lote.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**, para o valor global do lote.

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance de licitante a pedido do mesmo, por solicitação via chat, e neste caso após a exclusão da proposta, serão excluídos todos os lances desse item e o licitante não poderá enviar mais lances para esse item no qual solicitou exclusão de proposta.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12. Caso haja ausência de lances durante a primeira rodada do pregão eletrônico, iremos reabrir as ofertas de lances. Para que assim os licitantes interessados submetam seus lances dentro do prazo estipulado, conforme as especificações previamente fornecidas. O Município de Nossa Senhora de Nazaré-PI, busca pelo menor preço visando assim garantir o uso eficiente dos recursos públicos. Além disso, a seleção do fornecedor com o melhor preço contribuirá para reduzir os custos e otimizar os gastos da instituição, beneficiando diretamente o Município

10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13 Será disponibilizado o Direito de Preferência conforme Lei complementar nº 123/2006, onde a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

10.14. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

10.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.27.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.27.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.27.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua proposta atualizada, readequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

10.27.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.28. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.2.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1. Contiver vícios insanáveis;

11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade,



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2.A inexecuibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, onde os documentos de habilitação só serão enviados via sistema apenas pelo vencedor de cada lote na etapa de habilitação, após a fase de lances e negociação.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de HABILITAÇÃO:

12.2.1. Habilitação jurídica

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

g) RG e CPF dos sócios;

h) Certidão simplificada da junta comercial emitida no máximo até 30 (trinta) dias.

g) Certidão específica da junta comercial emitida no máximo até 30 (trinta) dias



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

12.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atualizada, ou seja, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, de antecedência da data de abertura das Propostas, acompanhada da Consulta do Quadro de Sócios e Administradores - QSA.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS) com histórico do trabalhador;
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST;
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através da Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado e Certidão de Negativa de Débitos Fiscais e Tributários, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal através da Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Município e Certidão de Negativa de Débitos, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.2.3 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito da regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, observadas as disposições do artigo 43, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações;

12.2.4 Havendo alguma restrição na regularidade fiscal da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, na forma do § 1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada, cujo momento inicial corresponderá ao que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Agência, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativas;

12.2.5 A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 e 84 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, nas mesmas condições do primeiro colocado, ou revogar a Licitação (artigo, 43, § 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada, c/c com o artigo 75, §2º, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016).

12.6.6. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
 - a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

b.4) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

c) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

e) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

f) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples nacional, para atendimento do item 1.80, poderão apresentar, em caráter substitutivo, qualquer um dos documentos idôneos a seguir relacionados, que possibilitem a comprovação da qualificação econômico-financeira: cópia da declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais ou cópia do livro-caixa com o registro de escrituração da movimentação financeira e bancária, nos termos do art. 25 e 26, § 2º da Lei Complementar nº123/06.

g) A empresa licitante deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital

12.2.7. Qualificação Técnica

12.2.7.1. **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de produtos similares e/ou compatíveis com o objeto da licitação.

12.2.8. Outras Comprovações:

12.2.8.1. Certidão Negativa de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

12.2.8.2. Prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

12.2.8.3. Certidão negativa de inidoneidade emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI e da Sede da empresa caso Matriz seja em outro Estado.

12.2.8.4. Certidão negativa de inidoneidade emitida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.3. Declarações e outras comprovações

12.3.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo II.1**, atestando que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal.

12.3.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo II.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.

12.3.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo II.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal e em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo II.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que aufera Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

12.3.4. **Comprovação da condição de ME/EPP/COOPERATIVA.** Sem prejuízo das declarações exigidas nos itens anteriores e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada da seguinte forma:

12.3.5. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

12.3.6 Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

12.3.7 Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

12.4. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, após a fase de lances e negociação, em formato digital, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.4.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.4.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.5. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.5.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.6. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

12.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.8.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.9.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.9.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.9.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.9.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao Município convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.9.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.11.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

12.12.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.12.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.12.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.12.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.13.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.14.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - proposta atualizada - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico, ou enviado via e-mail: cplnsdenazare@gmail.com.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.selcorp.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0. DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostilamento ou aditivo.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇOS

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Serão designados pelo Município representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo III.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

19.2.Obrigações do Contratado:

19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato e no termo de Contrato.

20.0.DO PAGAMENTO

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Município de Nossa Senhora de Nazaré- PI, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I,$$

onde: EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

e I = índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;

f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo III.

23.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.3.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no município.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.9. O Edital e seus anexos estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.selcorp.com.br; e no <https://sistemas.tce.pi.gov.br/licitacoesweb/mural/>; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo Prefeitura Municipal, no endereço: Avenida Agostinho Barbosa, nº 420, Centro, Nossa Senhora De Nazaré– PI, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o de Campo Maior- PI.

23.11. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

NOSSA SENHORA DE NAZARÉ (PI), 17 de maio de 2024.

Wesley Melo dos Santos
Pregoeiro



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

ANEXO I: TERMO DE REFERENCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N º 007/2024
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ-PI

1. INTRODUÇÃO:

1.1 O presente termo de referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes para a contratação de uma empresa para aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico e outros afins para atender as necessidades do Município de Nossa Senhora de Nazaré - PI.

2. OBJETO:

2.1 Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico e outros afins para atender as necessidades do Município de Nossa Senhora de Nazaré - PI, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

3.1 As especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos estão detalhadas na tabela abaixo, que faz parte integrante deste termo de referência.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.1 A contratação de empresa para aquisição de material de construção para atender as demandas do Município de Nossa Senhora de Nazaré-PI está fundamentada na necessidade de suprir os materiais necessários para a execução de obras e serviços de infraestrutura, manutenção e melhoria de edificações públicas, vias urbanas, entre outros, conforme as demandas e projetos municipais.

4.2 Essa contratação visa garantir o acesso a materiais de qualidade, em conformidade com as normas técnicas e as especificações estabelecidas, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura do município e para o bem-estar da população local.

4.3 A contratação deve ser realizada de acordo com a legislação vigente, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido na Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e demais normativas aplicáveis.

5- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1. Para efeito de cotação, deverá ser apresentado o VALOR DO ITEM INDIVIDUALIZADO, em reais (R\$), conforme tabela descrita neste Anexo I.

5.2 Para efeito de julgamento será levado em consideração o MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE, que a licitante possa oferecer para a Administração Pública.

5.3 O valor dos objetos licitados deverá ser proposto em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, deverá também estar incluído, além do lucro, todas as despesas, diretas e indiretas relacionadas com a entrega do bem.

6. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

LOTE 01 - MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.1	BOCAL SIMPLES P/LAMPADA	UND	100	5,00	500,00
1.2	CAIXA PLASTICA 4 X 2	UND	200	3,00	600,00
1.3	CAIXA DISTR 08 CIRCUTO	UND	5	35,00	175,00
1.4	CAIXA TRIFASICA CEPISA	UND	15	180,00	2.700,00
1.5	CAIXA MONOF. CEPISA	UND	30	80,00	2.400,00
1.6	CLIST DE PLASTICO	PAR	300	1,00	300,00
1.7	DIJUNTOR MONOF.16 AP	UND	40	15,00	600,00
1.8	DIJUNTOR MONOF.50 AP	UND	15	30,00	450,00
1.9	DIJUNTOR TRIF.100 AP	UND	5	55,00	275,00
1.10	DIJUNTOR TRIF 30 AP	UND	15	45,00	675,00
1.11	DIJUNTOR TRIF 25 AP	UND	15	35,00	525,00
1.12	EXTENSÃO DE 5 MT	UND	15	26,00	390,00
1.13	CABO FLE DE 4 mm(c/ 100 mt)	PEÇA	05	500,00	2.500,00
1.14	CABO FEX DE 6mm(peça c/100 mt)	PEÇA	10	550,00	5.500,00
1.15	FIO PENDENTE 0,75mm PEÇA	PEÇA	10	200,00	2.000,00
1.16	FIO PENDENTE 2,5 mm PEÇA	PEÇA	05	300,00	1.500,00
1.17	FIO PENDENTE 1,5 mm PEÇA	UND	05	200,00	1.000,00
1.18	INTERRUPTOR CONJUGADO	UND	20	15,00	300,00
1.19	INTERRUPTOR DUPLO	UND	20	15,00	300,00
1.20	CURVA P/ ELETRODUTO PB 32 mm	UND	50	7,00	350,00
1.21	ELETRODUTO GARGANTA ¾	METRO	300	3,50	1.050,00
1.22	ELETRODUTO PB 32 mm	VARA	100	15,00	1.500,00
1.23	ATERRAMENTO 1,20 MT	VARA	30	17,00	510,00
1.24	CABO FLEX 2,5 mm PEÇA	PEÇA	20	300,00	6.000,00
1.25	CABO FLEX 1,5 mm PEÇA	PEÇA	10	200,00	2.000,00
1.26	PONTALETE 1,50 MT	UND	20	45,00	900,00
1.27	TOMADA EMBUTIR 2P +T	UND	10	17,00	170,00
1.28	INTERRUPTOR DE 1 MT	UND	50	10,00	500,00
1.29	FITA ISOLANTE DE 10 MT	UND	50	8,00	400,00
TOTAL DO LOTE 01					R\$ 36.070,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

LOTE 02 - MATERIAIS HIDRAULICO E SANITÁRIO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
2.1	ADAPTADOR C/ FLANGE PVC SOLD 25 mm	UND	40	17,00	680,00
2.2	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 32mm	UND	20	20,00	400,00
2.3	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 40 mm	UND	20	25,00	500,00
2.4	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 50mm	UND	40	30,00	1.200,00
2.5	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 60mm	UND	5	35,00	175,00
2.6	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 20 MM X ½	UND	30	10,00	300,00
2.7	ADAPTADOR PVC SOLD 25 MM X ¾	UND	30	12,00	360,00
2.8	ADAPTADOR PVC SOLD 32 MM X 1"	UND	20	13,00	260,00
2.9	ADAPTADOR PVC SOLD 40MM X 1.1/4"	UND	20	15,00	300,00
2.10	ADAPTADOR PVC SOLD 50 MM X 1.1/2"	UND	40	7,00	280,00
2.11	ADAPTADOR PVC SOLD 60MM X 2"	UND	5	9,00	45,00
2.12	ADESIVO PLASTICO 75 GR	UND	40	6,00	240,00
2.13	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 25 X 20MM	UND	50	1,00	50,00
2.14	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 32X 25MM	UND	50	2,00	100,00
2.15	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 40 X 32 MM	UND	40	3,50	140,00
2.16	BUCHA REDUÇÃO SD 50X40MM	UND	40	5,00	200,00
2.17	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 32 X 20 MM	UND	40	7,00	280,00
2.18	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 40 X 20 MM	UND	40	3,00	120,00
2.19	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 40X 25 MM	UND	50	3,50	175,00
2.20	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 50 X 25 MM	UND	20	6,00	120,00
2.21	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 50 X 40 MM	UND	20	7,00	140,00
2.22	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 60 X 25 MM	UND	50	7,50	375,00
2.23	CAPS PVC SOLD 20 MM	UND	100	1,00	100,00
2.24	CAPS PVC SOLD 25 MM	UND	50	1,50	75,00
2.25	CAPS PVC SOLD 32 MM	UND	30	2,00	60,00
2.26	CAPS PVC SOLD 40 MM	UND	50	3,00	150,00
2.27	CAPS PVC SOLD 50 MM	UND	20	4,00	80,00
2.28	CAPS PVC SOLD 60 MM	UND	20	5,00	100,00
2.29	COLAR TOMADA PVC 32 X1/2"	UND	20	22,00	440,00
2.30	COLAR TOMADA PVC 50 X1/2"	UND	35	23,00	805,00
2.31	COLAR TOMADA PVC 60 X 60 X ½ "	UND	30	25,00	750,00
2.32	JOELHO 90 PVC SOLD 20 MM	UND	400	1,00	400,00
2.33	JOELHO 90 PVC SOLD 25 MM	UND	150	1,50	225,00
2.34	JOELHO 90 PVC SOLD 32MM	UND	100	3,00	300,00
2.35	JOELHO 90 PVC SOLD 40 MM	UND	80	4,00	320,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2.36	JOELHO 90 PVC SOLD 50MM	UND	80	5,00	400,00
2.37	JOELHO 90 PVC SOLD 60 MM	UND	20	6,00	120,00
2.38	JOELHO 90 PVC SOLD/ROSC 20MM	UND	100	3,00	300,00
2.39	JOELHO 90 PVC SOLD/ROSC 25 MM	UND	20	4,00	80,00
2.40	LUVA PVC SOLD 20 MM	UND	100	1,00	100,00
2.41	LUVA PVC SOLD 25 MM	UND	150	1,50	225,00
2.42	LUVA PVC SOLD 32 MM	UND	100	2,00	200,00
2.43	LUVA PVC SOLD 40 MM	UND	80	4,50	360,00
2.44	LUVA PVC SOLD 50 MM	UND	40	5,00	200,00
2.45	LUVA PVC SOLD 60 MM	UND	10	5,50	55,00
2.46	LUVA PVC SOLD/ ROSC 20 MM	UND	100	1,50	150,00
2.47	LUVA PVC SOLD/ ROSC 25 MM	UND	50	2,00	100,00
2.48	REDUÇÃO ROSCA 3/4" X 1/2"	UND	35	2,00	70,00
2.49	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 1"	UND	25	55,00	1.375,00
2.50	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 1.1/2"	UND	20	75,00	1.500,00
2.51	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 25 MM	UND	50	9,00	450,00
2.52	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 20 MM	UND	50	8,00	400,00
2.53	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 32MM	UND	40	15,00	600,00
2.54	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 40 MM	UND	20	20,00	400,00
2.55	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 50MM	UND	40	25,00	1.000,00
2.56	SERRA FLEXIVEL BIMETALICA	UND	50	15,00	750,00
2.57	TÊ PVC SOLD 20 MM	UND	100	1,50	150,00
2.58	TÊ PVC SOLD 25 MM	UND	80	2,00	160,00
2.59	TÊ PVC SOLD 32 MM	UND	80	2,50	200,00
2.60	TÊ PVC SOLD 40 MM	UND	40	8,50	340,00
2.61	TÊ PVC SOLD 50 MM	UND	40	9,00	360,00
2.62	TÊ PVC SOLD 60 MM	UND	10	20,00	200,00
2.63	TÊ ESGOTO 50 MM	UND	120	6,00	720,00
2.64	TÊ ESGOTO 75 MM	UND	20	12,00	240,00
2.65	TÊ ESGOTO 100 MM	UND	80	15,00	1.200,00
2.66	TORN. PLAST DE BICO 1/2"	UND	120	6,00	720,00
2.67	BACIA SANITARIA CONV	UND	30	170,00	5.100,00
2.68	CHUVEIRO SIMPLES	UND	50	10,00	500,00
2.69	RALO SIMPLES	UND	50	10,00	500,00
2.70	CAIXA SINFONADA 10 X 10 X 50	UND	50	17,00	850,00
2.71	ENGATE 40 CM	UND	50	10,00	500,00
2.72	ASSENTO P/ VASO SANITARIO	UND	50	35,00	1.750,00
2.73	PARAFUSO P/ VASO SANITARIO	UND	80	5,00	400,00
2.74	ESPUDE	UND	40	5,00	200,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2.75	CAIXA D'AGUA 310 LT	UND	05	300,00	1.500,00
2.76	VALVULA LONGA	UND	80	5,00	400,00
2.77	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA	UND	50	6,00	300,00
2.78	BACIA SANITARIA C/ CAIXA ACOPLADA	UND	10	550,00	5.500,00
2.79	VEDA ROSCA 10 MT	UND	100	1,00	100,00
2.80	MANG AZUL ¾ C/50M	PÇ	5	300,00	1.500,00
2.81	REPARO P/ CAIXA ACOPLADO	UND	10	140,00	1.400,00
2.82	COPO SINFONADO	UND	20	12,00	240,00
2.83	MANGUEIRA CRISTAL ¾ X 1	METRO	50	2,50	125,00
2.84	LAVATORIO LOUÇA 380 X 280	UND	20	70,00	1.400,00
2.85	CAIXA DE DESGARGA EXTERNA COMPLETA	UND	30	60,00	1.800,00
2.86	JOELHO PVC ESG. 100	UND	80	10,00	800,00
2.87	JOELHO PVC ESG. 75	UND	80	8,00	640,00
2.88	JOELHO PVC ESG. 50	UND	100	4,00	400,00
2.89	JOELHO PVC ESG. 40	UND	150	3,00	450,00
TOTAL DO LOTE 02					R\$ 49.725,00

LOTE 03 - FERRAGENS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
3.1	ARAME GALVANIZADO N- 18	KG	60	25,00	1.500,00
3.2	ARAME RECOZIDO N-18	KG	100	20,00	2.000,00
3.3	FERRO ¾	BARRA	200	70,00	14.000,00
3.4	FERRO 4.2	BARRA	150	40,00	6.000,00
3.5	FERRO 5.0	BARRA	100	50,00	5.000,00
3.6	ARAME FARPADO 500 MT	PÇ	20	490,00	8.000,00
3.7	TRELIÇA REFORÇADA	PÇ	300	65,00	15.000,00
3.8	GRAMPO P/ CERCA	KG	60	25,00	1.200,00
TOTAL DO LOTE 03					R\$ 52.700,00

LOTE 04 – FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
4.1	CAVADEIRA	UND	40	70,00	2.800,00
4.2	ALAVANCA 1,50 MT	UND	30	170,00	5.100,00
4.3	TRENA DE FIBRA 30 MT	UND	5	45,00	225,00
4.4	TRENA DE FIBRA 50 MT	UND	5	80,00	400,00
4.5	ESPATULA N-10	UND	25	12,00	300,00
4.6	PINCEL LETREIRO N-18	UND	50	5,00	250,00
4.7	FOICE	UND	30	25,00	750,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

4.8	ENXADA	UND	30	50,00	1.500,00
4.9	ROÇADEIRA MANUAL ELETR	UND	5	1.350,00	6.750,00
4.10	PA DE BICO N-03	UND	40	50,00	2.000,00
4.11	VASSOURÃO	UND	25	30,00	750,00
4.12	PICARETA CHIBANCA	UND	20	120,00	2.400,00
4.13	ALFANGE	UND	25	23,00	575,00
4.14	MACHADO	UND	10	65,00	650,00
4.15	FACÃO GRANDE N-18	UND	15	25,00	375,00
4.16	CARRO DE MÃO	UND	30	250,00	7.500,00
4.17	COLHER DE PEDREIRO	UND	20	35,00	700,00
4.18	FITA METALICA 10 MT	UND	10	20,00	200,00
4.19	PRUMO 700G	UND	15	25,00	375,00
4.20	ESQUADRO ALUMINHO	UND	15	17,00	255,00
4.21	NIVEL DE ALUMINHO 25CM	UND	15	30,00	450,00
4.22	ALICATE UNIVERSAL	UND	10	32,00	320,00
TOTAL DO LOTE 04					R\$ 34.625,00

LOTE 05 - MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
5.1	DOBRADIÇA ZINC.4"	PAR	50	7,00	350,00
5.2	FECHADURA EXTERNA	UND	50	50,00	2.500,00
5.3	FERROLHO REDONDO	UND	50	5,00	250,00
5.4	FITA CREPE	UND	15	6,00	90,00
5.5	MAQUITA COM DISCO	UND	2	700,00	1.400,00
5.6	BARBANTE FITILHO	UND	15	8,00	120,00
5.7	CILINDRO	UND	20	22,00	440,00
5.8	DUREPOXI G	UND	25	9,00	225,00
5.9	BASCULANTE 40X60M ALUM.	UND	25	90,00	90,00
5.10	BASCULANTE 50X50M ALUM.	UND	10	90,00	90,00
5.11	LUVA DE COURO	PAR	100	25,00	2.500,00
5.12	CADEADO PADO N-25	UND	25	23,00	575,00
5.13	CADEADO PADO N-35	UND	25	30,00	750,00
5.14	FERROLHO N-14	UND	25	7,00	175,00
5.15	FECHADURA INTERNA	UND	25	45,00	1.125,00
5.16	FECHADURA P/BANHEIRO	UND	25	50,00	1.250,00
5.17	PIA DE INOX 1,20M LISA	UND	10	260,00	2.600,00
5.18	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,20MT	UND	15	200,00	3.000,00
5.19	CERAMICA ESMALTADA 460mm X 460 mm CMPEI 4	MT	400	38,00	15.200,00
5.20	CERAMICA RETIFICADA 56X56cm	MT	500	50,00	25.000,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

5.21	PORCELANATO 70X70cm	MT	500	60,00	30.000,00
5.22	SOLVENTE	LITRO	50	25,00	1.250,00
5.23	TINTA PVA EXTERIOR 18L	LATA	50	280,00	14.000,00
5.24	TINTA PVA INTERIOR 18L	LATA	50	130,00	6.500,00
5.25	TINTA ESMALT.SINTETICO 3,6LT	GALÃO	50	140,00	7.000,00
5.26	ROLO DE LÃ 9 CM COM CABO	UND	30	15,00	450,00
5.27	ROLO DE LÃ 15 CM COM CABO	UND	30	25,00	750,00
5.28	PARAFUSO C/BUCHA	UND	500	1,50	750,00
5.29	ACIDO MURIATICO	LITRO	50	15,00	750,00
5.30	TINTA ESMALTE 900ML	UND	100	35,00	3.500,00
5.31	LIXA P/ FERRO	UND	200	5,00	1.000,00
5.32	LIXA P/ PAREDE	UND	200	3,00	600,00
5.33	MASSA CORRIDA 18L	LATA	50	79,00	3.950,00
5.34	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,40M	UND	10	260,00	2.600,00
5.35	TORN.INOX PIA	UND	50	70,00	3.500,00
5.36	PREGO RIPAL 1.1/4 X 14	KG	200	20,00	4.000,00
5.37	PREGO 2,5 X 10	KG	100	20,00	2.000,00
5.38	PREGO CAIBAL 3 X 8	KG	200	20,00	4.000,00
5.39	REJUNTE CINZA	KG	200	5,00	1.000,00
5.40	REJUNTE BRANCO	KG	200	5,00	1.000,00
5.41	CORDA 10 MM	MT	300	2,50	750,00
5.42	CASCOLA 500 G	UND	20	20,00	400,00
5.43	COLA TUDO TECBOND 20G	UND	20	10,00	200,00
5.44	CARRETEL / FIO NYLON P/ROÇADEIRA	MT	1000	2,00	2.000,00
5.45	JANELA DE FERRO 1 X 1 MT	UND	30	300,00	9.000,00
5.46	JANELA DE FERRO 1,20 X 1,20 MT	UND	20	350,00	7.000,00
5.47	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,70X2,10M	UND	10	45,00	4.500,00
5.48	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,80X2,10M	UND	40	480,00	19.200,00
5.49	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,90X2,10M	UND	40	500,00	20.000,00
TOTAL DO LOTE 05					R\$ 212.350,00

LOTE 06 - PEDRAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
6.01	PEDRA CERRADA 1m x 0,80cm	UND	1.000	17,00	17.000,00
6.02	PEDRA BRUTA	UND	1.000	12,00	12.000,00
TOTAL DO LOTE 06					R\$ 29.000,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

LOTE 07 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CERÂMICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
7.1	TIJOLOS (6 furos)	MILHEIRO	200	780,00	156.000,00
7.2	TELHA CANAL	MILHEIRO	100	800,00	80.000,00
TOTAL DO LOTE 07					R\$ 236.000,00

LOTE 08 - MATERIAIS ARENOSOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
8.1	AREIA GROSSA	M³	360	180,00	64.800,00
8.2	AREIA FINA	M³	480	80,00	38.400,00
8.3	BRITA	M³	120	270,00	32.400,00
8.4	SEIXO	M³	240	270,00	64.800,00
8.5	PIÇARRA	M³	360	30,00	10.800,00
TOTAL DO LOTE 08					R\$ 211.200,00

LOTE 09 - CIMENTO E OUTROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
9.1	CIMENTO CP2	UND	3000	53,00	159.000,00
9.2	CIMENTO CP3	UND	500	55,00	27.500,00
9.3	SUPERCAL5KG	PACOTE	500	15,00	7.500,00
9.4	ARGAMASSA15KG C2	PACOTE	1500	17,00	25.500,00
9.5	ARGAMASSA15KG C3	PACOTE	1000	23,00	23.000,00
9.6	ARGAMASSA 15KG C3 SOBREPISO	PACOTE	500	25,00	12.500,00
TOTAL DO LOTE 09					R\$ 255.000,00

LOTE 10 - MADEIRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
10.1	LINHA 6X13M MISTA	METRO	2000	32,00	64.000,00
10.2	LINHA 6X14M MASSARANDUBA	METRO	1000	55,00	55.000,00
10.3	LINHA 6X18M MASSARANDUBA	METRO	300	80,00	24.000,00
10.4	LINHA 6X18M MISTA	METRO	500	44,00	22.000,00
10.5	LINHA 7X20M MASSARANDUBA	METRO	200	110,00	22.000,00
10.6	LINHA 7X20M MISTA	METRO	500	55,00	27.500,00
10.7	FRECHAL 6X6	METRO	1500	16,00	24.000,00
10.8	CAIBRO 6X6	METRO	4000	9,00	36.000,00
10.6	RIPAS 1,5X4M	METRO	10.000	2,40	24.000,00
10.7	RIPÃO 1,5X4M	METRO	10.000	2,40	24.000,00
10.8	MADEIRITE DE 10mm	UND	20	75,00	1.500,00



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

10.9	PORTAL 70/80/90	UND	120	110,00	13.200,00
10.10	MADEIRA DE TÁIPA DE EUCALIPTO	METRO	300	17,00	5.100,00
10.11	TÁBUA DE PINUS 30	UND	200	48,00	9.600,00
10.12	PORTA LISA DE COMPENSADO	UND	120	180,00	21.600,00
TOTAL DO LOTE 10					R\$ 363.500,00

LOTE 11 - PRÉ-MOLDADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
11.1	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 3.000 LT	UND	10	5.000,00	50.000,00
11.2	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 5.000 LT	UND	20	5.500,00	110.000,00
11.3	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 10.000 LT	UND	05	7.000,00	35.000,00
11.4	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 15.000 LT	UND	01	8.000,00	8.000,00
11.5	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 20.000 LT	UND	01	9.000,00	9.000,00
11.6	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 3.000 LT	UND	10	2.800,00	28.000,00
11.7	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 5.000 LT	UND	10	3.500,00	35.000,00
11.8	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 10.000 LT	UND	05	6.500,00	32.500,00
11.9	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 15.000 LT	UND	01	8.000,00	8.000,00
11.10	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 20.000 LT	UND	01	9.500,00	9.500,00
11.11	POSTE DE CONCRETO T7	UND	10	600,00	6.000,00
11.12	POSTE DE CONCRETO 9/200	UND	30	750,00	22.500,00
11.13	POSTE DE CONCRETO 9/400	UND	20	900,00	18.000,00
11.14	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 60cm	UND	100	250,00	25.000,00
11.15	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 80cm	UND	80	380,00	30.400,00
11.16	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 1m	UND	80	450,00	36.000,00
TOTAL DO LOTE 11					R\$ 462.900,00

7. JUSTIFICATIVA:

As justificativas para a Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico e outros afins para atender as necessidades do Município de Nossa Senhora de Nazaré-PI são:

1. Necessidade de garantir o abastecimento contínuo e adequado de materiais para a realização de obras públicas, manutenção de infraestrutura urbana e construção de equipamentos municipais.
2. Melhoria da qualidade das obras e serviços prestados à população, através da aquisição de materiais de construção de boa procedência e conforme as normas técnicas vigentes.
3. Otimização dos recursos financeiros e logísticos, por meio da centralização das compras de materiais em uma empresa especializada, possibilitando negociações vantajosas e economia de escala.
4. Agilidade na entrega dos materiais, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução das obras e serviços municipais.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

5. Garantia de transparência e legalidade no processo de aquisição, por meio da realização de processo licitatório conforme a legislação vigente, assegurando a seleção da empresa fornecedora com base em critérios objetivos e transparentes.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

9.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do Município, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra / Ordem de fornecimento: Entrega: 05 (cinco) dias uteis.

9.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

9.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até 31 de dezembro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

10. AVALIAÇÃO DO CUSTO

10.1 Para a realização da avaliação de custos, foram obtidos três orçamentos cotados pela administração pública, conforme procedimento padrão estabelecido para garantir transparência e competitividade no processo licitatório. Os orçamentos foram obtidos junto a fornecedores e prestadores de serviço reconhecidos no mercado, sendo selecionados com base em critérios de idoneidade e capacidade técnica. A média dos valores apresentados nos três orçamentos foi calculada e utilizada como referência para a estimativa de custo no presente termo de referência, garantindo assim uma análise abrangente e imparcial dos recursos necessários para a execução do contrato.

10.2 Essa justificativa demonstra que a avaliação dos custos foi realizada de maneira transparente e competitiva, utilizando a média dos orçamentos obtidos como base para a estimativa de custo no termo de referência.

10.3 O custo total estimado da presente contratação para todos os lotes será de: R\$ 1.943.070,00 (um milhão e novecentos e quarenta e três mil e setenta reais), conforme custos unitários de cada lote apostos na tabela acima.

10.4 Estão inclusos nos preços todos os impostos e taxas incidentes sobre o fornecimento do objeto.

10.5 Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

11.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

11.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

11.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo III.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

12.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

12.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

12.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

12.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

12.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

12.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato – Anexo III.

13. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

13.1. Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

13.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

13.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

13.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

14.0.DO PAGAMENTO

14.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Município, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

14.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

14.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

15.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

16.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

16.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

17.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;

f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

18.0. DO MODELO DE PROPOSTA

18.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo II.

19.0 CONDIÇÕES GERAIS:

19.1 O contrato estará sujeito à legislação brasileira vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e suas alterações, bem como a outras normas pertinentes.

19.2 A empresa contratada deverá garantir a qualidade, a procedência e a conformidade dos produtos fornecidos, atendendo aos padrões estabelecidos pela legislação e normas sanitárias aplicáveis.

19.3 O município de Nossa Senhora de Nazaré-PI reafirma seu compromisso em fornecer materiais de construção de qualidade conforme a demanda de suas secretarias visando garantir a satisfação e o compromisso para com todos.

19.4 Todas as etapas do processo de aquisição serão conduzidas com transparência e eficiência, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da administração pública.

19.5 Será realizado um monitoramento contínuo da execução do contrato, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas neste termo e a qualidade dos produtos fornecidos.

19.6 O contrato estabelecerá as condições e os procedimentos para rescisão, incluindo as hipóteses em que a administração municipal poderá rescindir o contrato por conveniência ou por descumprimento das obrigações contratuais pela empresa fornecedora.

Nossa Senhora de Nazaré-PI, 17 de maio de 2024.

Wesley Melo dos Santos
Pregoeiro



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

Anexo I.1 – Modelo de Proposta Inicial

**(PROPOSTA DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE SER INSERIDA NO SISTEMA, SOB PENA DE
DESCCLASSIFICAÇÃO, VEDADA A IDENTIFICAÇÃO)**

LOTE 01 - MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.1	BOCAL SIMPLES P/LAMPADA	UND	100		
1.2	CAIXA PLASTICA 4 X 2	UND	200		
1.3	CAIXA DISTR 08 CIRCUITO	UND	5		
1.4	CAIXA TRIFASICA CEPISA	UND	15		
1.5	CAIXA MONOF. CEPISA	UND	30		
1.6	CLIST DE PLASTICO	PAR	300		
1.7	DIJUNTOR MONOF.16 AP	UND	40		
1.8	DIJUNTOR MONOF.50 AP	UND	15		
1.9	DIJUNTOR TRIF.100 AP	UND	5		
1.10	DIJUNTOR TRIF 30 AP	UND	15		
1.11	DIJUNTOR TRIF 25 AP	UND	15		
1.12	EXTENSÃO DE 5 MT	UND	15		
1.13	CABO FLE DE 4 mm(c/ 100 mt)	PEÇA	05		
1.14	CABO FEX DE 6mm(peça c/100 mt)	PEÇA	10		
1.15	FIO PENDENTE 0,75mm PEÇA	PEÇA	10		
1.16	FIO PENDENTE 2,5 mm PEÇA	PEÇA	05		
1.17	FIO PENDENTE 1,5 mm PEÇA	UND	05		
1.18	INTERRUPTOR CONJUGADO	UND	20		
1.19	INTERRUPTOR DUPLO	UND	20		
1.20	CURVA P/ ELETRODUTO PB 32 mm	UND	50		
1.21	ELETRODUTO GARGANTA ¾	METRO	300		
1.22	ELETRODUTO PB 32 mm	VARA	100		
1.23	ATERRAMENTO 1,20 MT	VARA	30		
1.24	CABO FLEX 2,5 mm PEÇA	PEÇA	20		
1.25	CABO FLEX 1,5 mm PEÇA	PEÇA	10		
1.26	PONTLETE 1,50 MT	UND	20		
1.27	TOMADA EMBUTIR 2P +T	UND	10		
1.28	INTERRUPTOR DE 1 MT	UND	50		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

1.29	FITA ISOLANTE DE 10 MT	UND	50		
TOTAL DO LOTE 01					

LOTE 02 - MATERIAIS HIDRAULICO E SANITÁRIO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
2.1	ADAPTADOR C/ FLANGE PVC SOLD 25 mm	UND	40		
2.2	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 32mm	UND	20		
2.3	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 40 mm	UND	20		
2.4	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 50mm	UND	40		
2.5	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 60mm	UND	5		
2.6	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 20 MM X ½	UND	30		
2.7	ADAPTADOR PVC SOLD 25 MM X ¾	UND	30		
2.8	ADAPTADOR PVC SOLD 32 MM X 1"	UND	20		
2.9	ADAPTADOR PVC SOLD 40MM X 1.1/4"	UND	20		
2.10	ADAPTADOR PVC SOLD 50 MM X 1.1/2"	UND	40		
2.11	ADAPTADOR PVC SOLD 60MM X 2"	UND	5		
2.12	ADESIVO PLASTICO 75 GR	UND	40		
2.13	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 25 X 20MM	UND	50		
2.14	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 32X 25MM	UND	50		
2.15	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 40 X 32 MM	UND	40		
2.16	BUCHA REDUÇÃO SD 50X40MM	UND	40		
2.17	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 32 X 20 MM	UND	40		
2.18	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 40 X 20 MM	UND	40		
2.19	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 40X 25 MM	UND	50		
2.20	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 50 X 25 MM	UND	20		
2.21	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 50 X 40 MM	UND	20		
2.22	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 60 X 25 MM	UND	50		
2.23	CAPS PVC SOLD 20 MM	UND	100		
2.24	CAPS PVC SOLD 25 MM	UND	50		
2.25	CAPS PVC SOLD 32 MM	UND	30		
2.26	CAPS PVC SOLD 40 MM	UND	50		
2.27	CAPS PVC SOLD 50 MM	UND	20		
2.28	CAPS PVC SOLD 60 MM	UND	20		
2.29	COLAR TOMADA PVC 32 X1/2"	UND	20		
2.30	COLAR TOMADA PVC 50 X1/2"	UND	35		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2.31	COLAR TOMADA PVC 60 X 60 X ½ "	UND	30		
2.32	JOELHO 90 PVC SOLD 20 MM	UND	400		
2.33	JOELHO 90 PVC SOLD 25 MM	UND	150		
2.34	JOELHO 90 PVC SOLD 32MM	UND	100		
2.35	JOELHO 90 PVC SOLD 40 MM	UND	80		
2.36	JOELHO 90 PVC SOLD 50MM	UND	80		
2.37	JOELHO 90 PVC SOLD 60 MM	UND	20		
2.38	JOELHO 90 PVC SOLD/ROSC 20MM	UND	100		
2.39	JOELHO 90 PVC SOLD/ROSC 25 MM	UND	20		
2.40	LUVA PVC SOLD 20 MM	UND	100		
2.41	LUVA PVC SOLD 25 MM	UND	150		
2.42	LUVA PVC SOLD 32 MM	UND	100		
2.43	LUVA PVC SOLD 40 MM	UND	80		
2.44	LUVA PVC SOLD 50 MM	UND	40		
2.45	LUVA PVC SOLD 60 MM	UND	10		
2.46	LUVA PVC SOLD/ ROSC 20 MM	UND	100		
2.47	LUVA PVC SOLD/ ROSC 25 MM	UND	50		
2.48	REDUÇÃO ROSCA 3/4" X ½"	UND	35		
2.49	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 1"	UND	25		
2.50	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 1.1/2"	UND	20		
2.51	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 25 MM	UND	50		
2.52	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 20 MM	UND	50		
2.53	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 32MM	UND	40		
2.54	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 40 MM	UND	20		
2.55	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 50MM	UND	40		
2.56	SERRA FLEXIVEL BIMETALICA	UND	50		
2.57	TÊ PVC SOLD 20 MM	UND	100		
2.58	TÊ PVC SOLD 25 MM	UND	80		
2.59	TÊ PVC SOLD 32 MM	UND	80		
2.60	TÊ PVC SOLD 40 MM	UND	40		
2.61	TÊ PVC SOLD 50 MM	UND	40		
2.62	TÊ PVC SOLD 60 MM	UND	10		
2.63	TÊ ESGOTO 50 MM	UND	120		
2.64	TÊ ESGOTO 75 MM	UND	20		
2.65	TÊ ESGOTO 100 MM	UND	80		
2.66	TORN. PLAST DE BICO ½"	UND	120		
2.67	BACIA SANITARIA CONV	UND	30		
2.68	CHUVEIRO SIMPLES	UND	50		
2.69	RALO SIMPLES	UND	50		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2.70	CAIXA SINFONADA 10 X 10 X 50	UND	50		
2.71	ENGATE 40 CM	UND	50		
2.72	ASSENTO P/ VASO SANITARIO	UND	50		
2.73	PARAFUSO P/ VASO SANITARIO	UND	80		
2.74	ESPUDE	UND	40		
2.75	CAIXA D'AGUA 310 LT	UND	05		
2.76	VALVULA LONGA	UND	80		
2.77	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA	UND	50		
2.78	BACIA SANITARIA C/ CAIXA ACOPLADA	UND	10		
2.79	VEDA ROSCA 10 MT	UND	100		
2.80	MANG AZUL ¾ C/50M	PÇ	5		
2.81	REPARO P/ CAIXA ACOPLADO	UND	10		
2.82	COPO SINFONADO	UND	20		
2.83	MANGUEIRA CRISTAL ¾ X 1	METRO	50		
2.84	LAVATORIO LOUÇA 380 X 280	UND	20		
2.85	CAIXA DE DESGARGA EXTERNA COMPLETA	UND	30		
2.86	JOELHO PVC ESG. 100	UND	80		
2.87	JOELHO PVC ESG. 75	UND	80		
2.88	JOELHO PVC ESG. 50	UND	100		
2.89	JOELHO PVC ESG. 40	UND	150		
TOTAL DO LOTE 02					

LOTE 03 - FERRAGENS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
3.1	ARAME GALVANIZADO N- 18	KG	60		
3.2	ARAME RECOZIDO N-18	KG	100		
3.3	FERRO ¾	BARRA	200		
3.4	FERRO 4.2	BARRA	150		
3.5	FERRO 5.0	BARRA	100		
3.6	ARAME FARPADO 500 MT	PÇ	20		
3.7	TRELIÇA REFORÇADA	PÇ	300		
3.8	GRAMPO P/ CERCA	KG	60		
TOTAL DO LOTE 03					

LOTE 04 – FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
4.1	CAVADEIRA	UND	40		
4.2	ALAVANCA 1,50 MT	UND	30		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

4.3	TRENA DE FIBRA 30 MT	UND	5		
4.4	TRENA DE FIBRA 50 MT	UND	5		
4.5	ESPATULA N-10	UND	25		
4.6	PINCEL LETREIRO N-18	UND	50		
4.7	FOICE	UND	30		
4.8	ENXADA	UND	30		
4.9	ROÇADEIRA MANUAL ELETR	UND	5		
4.10	PA DE BICO N-03	UND	40		
4.11	VASSOURÃO	UND	25		
4.12	PICARETA CHIBANCA	UND	20		
4.13	ALFANGE	UND	25		
4.14	MACHADO	UND	10		
4.15	FACÃO GRANDE N-18	UND	15		
4.16	CARRO DE MÃO	UND	30		
4.17	COLHER DE PEDREIRO	UND	20		
4.18	FITA METALICA 10 MT	UND	10		
4.19	PRUMO 700G	UND	15		
4.20	ESQUADRO ALUMINHO	UND	15		
4.21	NIVEL DE ALUMINHO 25CM	UND	15		
4.22	ALICATE UNIVERSAL	UND	10		
TOTAL DO LOTE 04					

LOTE 05 - MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
5.1	DOBRADIÇA ZINC.4''	PAR	50		
5.2	FECHADURA EXTERNA	UND	50		
5.3	FERROLHO REDONDO	UND	50		
5.4	FITA CREPE	UND	15		
5.5	MAQUITA COM DISCO	UND	2		
5.6	BARBANTE FITILHO	UND	15		
5.7	CILINDRO	UND	20		
5.8	DUREPOXI G	UND	25		
5.9	BASCULANTE 40X60M ALUM.	UND	25		
5.10	BASCULANTE 50X50M ALUM.	UND	10		
5.11	LUVA DE COURO	PAR	100		
5.12	CADEADO PADO N-25	UND	25		
5.13	CADEADO PADO N-35	UND	25		
5.14	FERROLHO N-14	UND	25		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

5.15	FECHADURA INTERNA	UND	25		
5.16	FECHADURA P/BANHEIRO	UND	25		
5.17	PIA DE INOX 1,20M LISA	UND	10		
5.18	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,20MT	UND	15		
5.19	CERAMICA ESMALTADA 460mm X 460 mm CMPEI 4	MT	400		
5.20	CERAMICA RETIFICADA 56X56cm	MT	500		
5.21	PORCELANATO 70X70cm	MT	500		
5.22	SOLVENTE	LITRO	50		
5.23	TINTA PVA EXTERIOR 18L	LATA	50		
5.24	TINTA PVA INTERIOR 18L	LATA	50		
5.25	TINTA ESMALT.SINTETICO 3,6LT	GALÃO	50		
5.26	ROLO DE LÃ 9 CM COM CABO	UND	30		
5.27	ROLO DE LÃ 15 CM COM CABO	UND	30		
5.28	PARAFUSO C/BUCHA	UND	500		
5.29	ACIDO MURIATICO	LITRO	50		
5.30	TINTA ESMALTE 900ML	UND	100		
5.31	LIXA P/ FERRO	UND	200		
5.32	LIXA P/ PAREDE	UND	200		
5.33	MASSA CORRIDA 18L	LATA	50		
5.34	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,40M	UND	10		
5.35	TORN.INOX PIA	UND	50		
5.36	PREGO RIPAL 1.1/4 X 14	KG	200		
5.37	PREGO 2,5 X 10	KG	100		
5.38	PREGO CAIBAL 3 X 8	KG	200		
5.39	REJUNTE CINZA	KG	200		
5.40	REJUNTE BRANCO	KG	200		
5.41	CORDA 10 MM	MT	300		
5.42	CASCOLA 500 G	UND	20		
5.43	COLA TUDO TECBOND 20G	UND	20		
5.44	CARRETEL / FIO NYLON P/ROÇADEIRA	MT	1000		
5.45	JANELA DE FERRO 1 X 1 MT	UND	30		
5.46	JANELA DE FERRO 1,20 X 1,20 MT	UND	20		
5.47	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,70X2,10M	UND	10		
5.48	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,80X2,10M	UND	40		
5.49	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,90X2,10M	UND	40		
TOTAL DO LOTE 05					

LOTE 06 - PEDRAS



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
6.01	PEDRA CERRADA 1m x 0,80cm	UND	1.000		
6.02	PEDRA BRUTA	UND	1.000		
TOTAL DO LOTE 06					

LOTE 07 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CERÂMICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
7.1	TIJOLOS (6 furos)	MILHEIRO	200		
7.2	TELHA CANAL	MILHEIRO	100		
TOTAL DO LOTE 07					

LOTE 08 - MATERIAIS ARENOSOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
8.1	AREIA GROSSA	M³	360		
8.2	AREIA FINA	M³	480		
8.3	BRITA	M³	120		
8.4	SEIXO	M³	240		
8.5	PIÇARRA	M³	360		
TOTAL DO LOTE 08					

LOTE 09 - CIMENTO E OUTROS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
9.1	CIMENTO CP2	UND	3000		
9.2	CIMENTO CP3	UND	500		
9.3	SUPERCAL5KG	PACOTE	500		
9.4	ARGAMASSA15KG C2	PACOTE	1500		
9.5	ARGAMASSA15KG C3	PACOTE	1000		
9.6	ARGAMASSA 15KG C3 SOBREPISO	PACOTE	500		
TOTAL DO LOTE 09					

LOTE 10 - MADEIRAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
10.1	LINHA 6X13M MISTA	METRO	2000		
10.2	LINHA 6X14M MASSARANDUBA	METRO	1000		
10.3	LINHA 6X18M MASSARANDUBA	METRO	300		
10.4	LINHA 6X18M MISTA	METRO	500		
10.5	LINHA 7X20M MASSARANDUBA	METRO	200		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

10.6	LINHA 7X20M MISTA	METRO	500		
10.7	FRECHAL 6X6	METRO	1500		
10.8	CAIBRO 6X6	METRO	4000		
10.6	RIPAS 1,5X4M	METRO	10.000		
10.7	RIPÃO 1,5X4M	METRO	10.000		
10.8	MADEIRITE DE 10mm	UND	20		
10.9	PORTAL 70/80/90	UND	120		
10.10	MADEIRA DE TÁIPA DE EUCALIPTO	METRO	300		
10.11	TÁBUA DE PINUS 30	UND	200		
10.12	PORTA LISA DE COMPENSADO	UND	120		
TOTAL DO LOTE 10					

LOTE 11 - PRÉ-MOLDADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
11.1	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 3.000 LT	UND	10		
11.2	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 5.000 LT	UND	20		
11.3	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 10.000 LT	UND	05		
11.4	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 15.000 LT	UND	01		
11.5	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 20.000 LT	UND	01		
11.6	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 3.000 LT	UND	10		
11.7	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 5.000 LT	UND	10		
11.8	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 10.000 LT	UND	05		
11.9	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 15.000 LT	UND	01		
11.10	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 20.000 LT	UND	01		
11.11	POSTE DE CONCRETO T7	UND	10		
11.12	POSTE DE CONCRETO 9/200	UND	30		
11.13	POSTE DE CONCRETO 9/400	UND	20		
11.14	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 60cm	UND	100		
11.15	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 80cm	UND	80		
11.16	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 1m	UND	80		
TOTAL DO LOTE 11					

VALIDADE DA PROPOSTA () _____



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

ANEXO I.2 – MODELO DE PROPOSTA READEQUADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2024

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2024, ÀS ----H----MIN () HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE / UF

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:
Nº DA AGÊNCIA:	

LOTE 01 - MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
1.1	BOCAL SIMPLES P/LAMPADA	UND	100		
1.2	CAIXA PLASTICA 4 X 2	UND	200		
1.3	CAIXA DISTR 08 CIRCUITO	UND	5		
1.4	CAIXA TRIFASICA CEPISA	UND	15		
1.5	CAIXA MONOF. CEPISA	UND	30		
1.6	CLIST DE PLASTICO	PAR	300		
1.7	DIJUNTOR MONOF.16 AP	UND	40		
1.8	DIJUNTOR MONOF.50 AP	UND	15		
1.9	DIJUNTOR TRIF.100 AP	UND	5		
1.10	DIJUNTOR TRIF 30 AP	UND	15		
1.11	DIJUNTOR TRIF 25 AP	UND	15		
1.12	EXTENSÃO DE 5 MT	UND	15		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

1.13	CABO FLE DE 4 mm(c/ 100 mt)	PEÇA	05		
1.14	CABO FEX DE 6mm(peça c/100 mt)	PEÇA	10		
1.15	FIO PENDENTE 0,75mm PEÇA	PEÇA	10		
1.16	FIO PENDENTE 2,5 mm PEÇA	PEÇA	05		
1.17	FIO PENDENTE 1,5 mm PEÇA	UND	05		
1.18	INTERRUPTOR CONJUGADO	UND	20		
1.19	INTERRUPTOR DUPLO	UND	20		
1.20	CURVA P/ ELETRODUTO PB 32 mm	UND	50		
1.21	ELETRODUTO GARGANTA ¾	METRO	300		
1.22	ELETRODUTO PB 32 mm	VARA	100		
1.23	ATERRAMENTO 1,20 MT	VARA	30		
1.24	CABO FLEX 2,5 mm PEÇA	PEÇA	20		
1.25	CABO FLEX 1,5 mm PEÇA	PEÇA	10		
1.26	PONTALETE 1,50 MT	UND	20		
1.27	TOMADA EMBUTIR 2P +T	UND	10		
1.28	INTERRUPTOR DE 1 MT	UND	50		
1.29	FITA ISOLANTE DE 10 MT	UND	50		
TOTAL DO LOTE 01					

LOTE 02 - MATERIAIS HIDRAULICO E SANITÁRIO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
2.1	ADAPTADOR C/ FLANGE PVC SOLD 25 mm	UND	40		
2.2	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 32mm	UND	20		
2.3	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 40 mm	UND	20		
2.4	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 50mm	UND	40		
2.5	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 60mm	UND	5		
2.6	ADAPTADOR C/FLANGE PVC SOLD 20 MM X ½	UND	30		
2.7	ADAPTADOR PVC SOLD 25 MM X ¾	UND	30		
2.8	ADAPTADOR PVC SOLD 32 MM X 1"	UND	20		
2.9	ADAPTADOR PVC SOLD 40MM X 1.1/4"	UND	20		
2.10	ADAPTADOR PVC SOLD 50 MM X 1.1/2"	UND	40		
2.11	ADAPTADOR PVC SOLD 60MM X 2"	UND	5		
2.12	ADESIVO PLASTICO 75 GR	UND	40		
2.13	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 25 X 20MM	UND	50		
2.14	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 32X 25MM	UND	50		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2.15	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA PVC SOLD 40 X 32 MM	UND	40		
2.16	BUCHA REDUÇÃO SD 50X40MM	UND	40		
2.17	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 32 X 20 MM	UND	40		
2.18	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 40 X 20 MM	UND	40		
2.19	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 40X 25 MM	UND	50		
2.20	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 50 X 25 MM	UND	20		
2.21	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 50 X 40 MM	UND	20		
2.22	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA PVC SOLD 60 X 25 MM	UND	50		
2.23	CAPS PVC SOLD 20 MM	UND	100		
2.24	CAPS PVC SOLD 25 MM	UND	50		
2.25	CAPS PVC SOLD 32 MM	UND	30		
2.26	CAPS PVC SOLD 40 MM	UND	50		
2.27	CAPS PVC SOLD 50 MM	UND	20		
2.28	CAPS PVC SOLD 60 MM	UND	20		
2.29	COLAR TOMADA PVC 32 X1/2"	UND	20		
2.30	COLAR TOMADA PVC 50 X1/2"	UND	35		
2.31	COLAR TOMADA PVC 60 X 60 X ½ "	UND	30		
2.32	JOELHO 90 PVC SOLD 20 MM	UND	400		
2.33	JOELHO 90 PVC SOLD 25 MM	UND	150		
2.34	JOELHO 90 PVC SOLD 32MM	UND	100		
2.35	JOELHO 90 PVC SOLD 40 MM	UND	80		
2.36	JOELHO 90 PVC SOLD 50MM	UND	80		
2.37	JOELHO 90 PVC SOLD 60 MM	UND	20		
2.38	JOELHO 90 PVC SOLD/ROSC 20MM	UND	100		
2.39	JOELHO 90 PVC SOLD/ROSC 25 MM	UND	20		
2.40	LUVA PVC SOLD 20 MM	UND	100		
2.41	LUVA PVC SOLD 25 MM	UND	150		
2.42	LUVA PVC SOLD 32 MM	UND	100		
2.43	LUVA PVC SOLD 40 MM	UND	80		
2.44	LUVA PVC SOLD 50 MM	UND	40		
2.45	LUVA PVC SOLD 60 MM	UND	10		
2.46	LUVA PVC SOLD/ ROSC 20 MM	UND	100		
2.47	LUVA PVC SOLD/ ROSC 25 MM	UND	50		
2.48	REDUÇÃO ROSCA 3/4" X ½"	UND	35		
2.49	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 1"	UND	25		
2.50	REGISTRO DE GAVETA BRUTO 1.1/2"	UND	20		
2.51	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 25 MM	UND	50		
2.52	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 20 MM	UND	50		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2.53	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 32MM	UND	40		
2.54	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 40 MM	UND	20		
2.55	REGISTRO ESFERA PVC SOLD 50MM	UND	40		
2.56	SERRA FLEXIVEL BIMETALICA	UND	50		
2.57	TÊ PVC SOLD 20 MM	UND	100		
2.58	TÊ PVC SOLD 25 MM	UND	80		
2.59	TÊ PVC SOLD 32 MM	UND	80		
2.60	TÊ PVC SOLD 40 MM	UND	40		
2.61	TÊ PVC SOLD 50 MM	UND	40		
2.62	TÊ PVC SOLD 60 MM	UND	10		
2.63	TÊ ESGOTO 50 MM	UND	120		
2.64	TÊ ESGOTO 75 MM	UND	20		
2.65	TÊ ESGOTO 100 MM	UND	80		
2.66	TORN. PLAST DE BICO ½"	UND	120		
2.67	BACIA SANITARIA CONV	UND	30		
2.68	CHUVEIRO SIMPLES	UND	50		
2.69	RALO SIMPLES	UND	50		
2.70	CAIXA SINFONADA 10 X 10 X 50	UND	50		
2.71	ENGATE 40 CM	UND	50		
2.72	ASSENTO P/ VASO SANITARIO	UND	50		
2.73	PARAFUSO P/ VASO SANITARIO	UND	80		
2.74	ESPUDE	UND	40		
2.75	CAIXA D'AGUA 310 LT	UND	05		
2.76	VALVULA LONGA	UND	80		
2.77	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA	UND	50		
2.78	BACIA SANITARIA C/ CAIXA ACOPLADA	UND	10		
2.79	VEDA ROSCA 10 MT	UND	100		
2.80	MANG AZUL ¾ C/50M	PÇ	5		
2.81	REPARO P/ CAIXA ACOPLADO	UND	10		
2.82	COPO SINFONADO	UND	20		
2.83	MANGUEIRA CRISTAL ¾ X 1	METRO	50		
2.84	LAVATORIO LOUÇA 380 X 280	UND	20		
2.85	CAIXA DE DESGARGA EXTERNA COMPLETA	UND	30		
2.86	JOELHO PVC ESG. 100	UND	80		
2.87	JOELHO PVC ESG. 75	UND	80		
2.88	JOELHO PVC ESG. 50	UND	100		
2.89	JOELHO PVC ESG. 40	UND	150		
TOTAL DO LOTE 02					



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

LOTE 03 - FERRAGENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
3.1	ARAME GALVANIZADO N- 18	KG	60		
3.2	ARAME RECOZIDO N-18	KG	100		
3.3	FERRO ¾	BARRA	200		
3.4	FERRO 4.2	BARRA	150		
3.5	FERRO 5.0	BARRA	100		
3.6	ARAME FARPADO 500 MT	PÇ	20		
3.7	TRELIÇA REFORÇADA	PÇ	300		
3.8	GRAMPO P/ CERCA	KG	60		
TOTAL DO LOTE 03					

LOTE 04 – FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
4.1	CAVADEIRA	UND	40		
4.2	ALAVANCA 1,50 MT	UND	30		
4.3	TRENA DE FIBRA 30 MT	UND	5		
4.4	TRENA DE FIBRA 50 MT	UND	5		
4.5	ESPATULA N-10	UND	25		
4.6	PINCEL LETREIRO N-18	UND	50		
4.7	FOICE	UND	30		
4.8	ENXADA	UND	30		
4.9	ROÇADEIRA MANUAL ELETR	UND	5		
4.10	PA DE BICO N-03	UND	40		
4.11	VASSOURÃO	UND	25		
4.12	PICARETA CHIBANCA	UND	20		
4.13	ALFANGE	UND	25		
4.14	MACHADO	UND	10		
4.15	FACÃO GRANDE N-18	UND	15		
4.16	CARRO DE MÃO	UND	30		
4.17	COLHER DE PEDREIRO	UND	20		
4.18	FITA METALICA 10 MT	UND	10		
4.19	PRUMO 700G	UND	15		
4.20	ESQUADRO ALUMINHO	UND	15		
4.21	NIVEL DE ALUMINHO 25CM	UND	15		
4.22	ALICATE UNIVERSAL	UND	10		
TOTAL DO LOTE 04					



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

LOTE 05 - MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
5.1	DOBRADIÇA ZINC.4''	PAR	50		
5.2	FECHADURA EXTERNA	UND	50		
5.3	FERROLHO REDONDO	UND	50		
5.4	FITA CREPE	UND	15		
5.5	MAQUITA COM DISCO	UND	2		
5.6	BARBANTE FITILHO	UND	15		
5.7	CILINDRO	UND	20		
5.8	DUREPOXI G	UND	25		
5.9	BASCULANTE 40X60M ALUM.	UND	25		
5.10	BASCULANTE 50X50M ALUM.	UND	10		
5.11	LUVA DE COURO	PAR	100		
5.12	CADEADO PADO N-25	UND	25		
5.13	CADEADO PADO N-35	UND	25		
5.14	FERROLHO N-14	UND	25		
5.15	FECHADURA INTERNA	UND	25		
5.16	FECHADURA P/BANHEIRO	UND	25		
5.17	PIA DE INOX 1,20M LISA	UND	10		
5.18	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,20MT	UND	15		
5.19	CERAMICA ESMALTADA 460mm X 460 mm CMPEI 4	MT	400		
5.20	CERAMICA RETIFICADA 56X56cm	MT	500		
5.21	PORCELANATO 70X70cm	MT	500		
5.22	SOLVENTE	LITRO	50		
5.23	TINTA PVA EXTERIOR 18L	LATA	50		
5.24	TINTA PVA INTERIOR 18L	LATA	50		
5.25	TINTA ESMALT.SINTETICO 3,6LT	GALÃO	50		
5.26	ROLO DE LÃ 9 CM COM CABO	UND	30		
5.27	ROLO DE LÃ 15 CM COM CABO	UND	30		
5.28	PARAFUSO C/BUCHA	UND	500		
5.29	ACIDO MURIATICO	LITRO	50		
5.30	TINTA ESMALTE 900ML	UND	100		
5.31	LIXA P/ FERRO	UND	200		
5.32	LIXA P/ PAREDE	UND	200		
5.33	MASSA CORRIDA 18L	LATA	50		
5.34	PIA MARMORITE BANCADA DE 1,40M	UND	10		
5.35	TORN.INOX PIA	UND	50		
5.36	PREGO RIPAL 1.1/4 X 14	KG	200		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

5.37	PREGO 2,5 X 10	KG	100		
5.38	PREGO CAIBAL 3 X 8	KG	200		
5.39	REJUNTE CINZA	KG	200		
5.40	REJUNTE BRANCO	KG	200		
5.41	CORDA 10 MM	MT	300		
5.42	CASCOLA 500 G	UND	20		
5.43	COLA TUDO TECBOND 20G	UND	20		
5.44	CARRETEL / FIO NYLON P/ROÇADEIRA	MT	1000		
5.45	JANELA DE FERRO 1 X 1 MT	UND	30		
5.46	JANELA DE FERRO 1,20 X 1,20 MT	UND	20		
5.47	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,70X2,10M	UND	10		
5.48	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,80X2,10M	UND	40		
5.49	PORTA DE FERRO GALVANIZADA 0,90X2,10M	UND	40		
TOTAL DO LOTE 05					

LOTE 06 - PEDRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
6.01	PEDRA CERRADA 1m x 0,80cm	UND	1.000		
6.02	PEDRA BRUTA	UND	1.000		
TOTAL DO LOTE 06					

LOTE 07 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CERÂMICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
7.1	TIJOLOS (6 furos)	MILHEIRO	200		
7.2	TELHA CANAL	MILHEIRO	100		
TOTAL DO LOTE 07					

LOTE 08 - MATERIAIS ARENOSOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
8.1	AREIA GROSSA	M³	360		
8.2	AREIA FINA	M³	480		
8.3	BRITA	M³	120		
8.4	SEIXO	M³	240		
8.5	PIÇARRA	M³	360		
TOTAL DO LOTE 08					

LOTE 09 - CIMENTO E OUTROS



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
9.1	CIMENTO CP2	UND	3000		
9.2	CIMENTO CP3	UND	500		
9.3	SUPERCAL5KG	PACOTE	500		
9.4	ARGAMASSA15KG C2	PACOTE	1500		
9.5	ARGAMASSA15KG C3	PACOTE	1000		
9.6	ARGAMASSA 15KG C3 SOBREPISO	PACOTE	500		
TOTAL DO LOTE 09					

LOTE 10 - MADEIRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
10.1	LINHA 6X13M MISTA	METRO	2000		
10.2	LINHA 6X14M MASSARANDUBA	METRO	1000		
10.3	LINHA 6X18M MASSARANDUBA	METRO	300		
10.4	LINHA 6X18M MISTA	METRO	500		
10.5	LINHA 7X20M MASSARANDUBA	METRO	200		
10.6	LINHA 7X20M MISTA	METRO	500		
10.7	FRECHAL 6X6	METRO	1500		
10.8	CAIBRO 6X6	METRO	4000		
10.6	RIPAS 1,5X4M	METRO	10.000		
10.7	RIPÃO 1,5X4M	METRO	10.000		
10.8	MADEIRITE DE 10mm	UND	20		
10.9	PORTAL 70/80/90	UND	120		
10.10	MADEIRA DE TÁIPA DE EUCALIPTO	METRO	300		
10.11	TÁBUA DE PINUS 30	UND	200		
10.12	PORTA LISA DE COMPENSADO	UND	120		
TOTAL DO LOTE 10					

LOTE 11 - PRÉ-MOLDADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V.UNIT	V.TOTAL
11.1	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 3.000 LT	UND	10		
11.2	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 5.000 LT	UND	20		
11.3	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 10.000 LT	UND	05		
11.4	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 15.000 LT	UND	01		
11.5	BASE DE CONCRETO PARA CAIXA D'ÁGUA 20.000 LT	UND	01		
11.6	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 3.000 LT	UND	10		
11.7	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 5.000 LT	UND	10		



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

11.8	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 10.000 LT	UND	05		
11.9	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 15.000 LT	UND	01		
11.10	CAIXA D'ÁGUA FIBRA 20.000 LT	UND	01		
11.11	POSTE DE CONCRETO T7	UND	10		
11.12	POSTE DE CONCRETO 9/200	UND	30		
11.13	POSTE DE CONCRETO 9/400	UND	20		
11.14	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 60cm	UND	100		
11.15	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 80cm	UND	80		
11.16	TUBO DE CONCRETO PARA BOEIRO DE 1m	UND	80		
TOTAL DO LOTE 11					

VALIDADE DA PROPOSTA ____ () DIAS.

Comprometemo-nos em manter esta proposta durante o prazo estabelecido nos termos da Licitação em epígrafe, qual seja, a contar da data fixada para abertura das respectivas propostas.

LOCAL E DATA.

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

RG

CPF

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

**ANEXO II.1 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII, DA
CF/88**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO Nº

A empresa (RAZÃO SOCIAL), inscrito (a) no CNPJ sob o nº , sediada à (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz:

() SIM () NÃO

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

RG

CPF



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

**ANEXO II.2 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL
ANTICORRUPÇÃO**

A empresa _____ (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ

sob o nº _____, sediada
à _____ (Endereço Completo),

por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

licitatóriopúblico;

- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagemde qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização emlei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados coma administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dosórgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

RG

CPF



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

ANEXO II.3 - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO
Nº PROCESSO Nº

A empresa (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ sob o nº , sediada à (Endereço Completo), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) portador (a) da carteira de identidade nº e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº , sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

RG

CPF



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX.2024

REF. AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX

TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ-PI QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ-PI E A EMPRESA: XXXXXXXX, CNPJ nºXXXXXXXXXX, PARA OS FINS A QUE SE DESTINAM.

A Prefeitura Municipal de NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.592/0001-65, com sede na Avenida Agostinho Barbosa, nº 420, Centro, NOSSA SENHORA DE NAZARÉ– PI, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Henrique de Oliveira Alves, e a empresa: XXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXX, Nº XXX, CEP: XXXXXX, na cidade de XXXXXXXX– XX, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente TERMO DE CONTRATO, que será regido nos termos da Lei 14.133/2021, suas alterações e demais normas pertinentes, no que couber, em decorrência do PREGÃO Nº xxx/2024 – Prefeitura Municipal de NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - PI, conforme o Processo Administrativo Nº xxx/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO (art. 92, I e II).

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ-PI**, em conformidade com os termos do Edital, e proposta apresentada pela CONTRATADA, que fica fazendo parte deste contrato, independentemente de transcrição, conforme art. 92, I e II da lei 14.133/2021.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5 Tabela abaixo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação XXXXXXXXXXXXXXXX, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. No ato do fornecimento dos produtos serão verificadas as condições cotadas na proposta apresentada as quais deverão estar de plena conformidade com a mesma, sobpena de não aceitação.

3.2. Caso a empresa vencedora não tenha condições de fornecer os produtos/serviços da ordem de fornecimento/serviços, deverá enviar termo de desistência até o termino do prazo estabelecidos na Lei 14.133/2021.

3.3. O não cumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a Administração / PMNSN enviará o termo de desclassificação, efetuando a aquisição dos produtos licitados com próxima licitante classificada.

3.4. Dependendo o tipo de Processo licitatório (global ou por item) a desclassificação ou desistência da empresa poderá ser total ou somente para os itens constantes da ordem de fornecimento, conforme o caso.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR E DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI).

5.1. O valor total deste Contrato é R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX), conforme proposta financeira apresentada.

5.1.1 Estão inclusos nos preços todos os impostos e taxas incidentes sobre o fornecimento de serviço.

5.1.2 A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor dos fornecimentos executados, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do objeto e atesto da Nota Fiscal, nos termos da Cláusula Quarta deste contrato, para a consequente aceitação e liquidação prevista na Lei no 4.320/94. Eventuais despesas



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

bancárias correrão a cargo da CONTRATADA.

5.2. O prazo de pagamento de que trata o item acima poderá ser postergado por motivo de caso fortuito ou de força maior.

5.3 Os pagamentos processados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades vinculadas ao fornecimento do material, em especial àquelas relacionadas com a qualidade e a garantia.

5.4. O prazo para pagamento ao contratado esta regulamentado no art. 92, V e VI.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (ART. 92, V).

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme art. 92, V.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por meio de aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV).

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

7.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.10.1 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.13.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.13.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.13.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.13.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.15. Nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII).

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.2. A Contratada deverá indicar um preposto para representá-la na execução do contrato.

8.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

(art. 137, II).

8.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, o fornecimento do objeto os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, apresentando a documentação nos formatos digitais de acordo com a solicitação do setor responsável e apresentando toda documentação comprobatória solicitada.

8.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

8.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

8.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.24. Conforme art. 92, X, XI e XIV da Lei nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV).

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. (3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX).

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Constituem motivos de rescisão do contrato:

a) O não cumprimento de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;

b) O cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos estabelecidos no termo de contrato;

c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade de executar os fornecimentos, no prazo estipulado;

d) O atraso injustificado no fornecimento dos itens, que importe em prejuízo da CONTRATADA superior a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado;

e) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA que afetem a boa execução do contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização da CONTRATANTE.

- f) O desatendimento das determinações regulares da comissão fiscalizadora, assim como de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, superior a 03 (três) vezes, anotadas em registro próprio, pelo representante da CONTRATANTE designado para o acompanhamento e fiscalização deste contrato;
- h) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa do CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- j) A supressão, por parte da CONTRATANTE, do fornecimento dos produtos, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento), salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes;
- k) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l) A ocorrência de “caso fortuito” ou “força maior”, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato;

11.6. A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos especificados nas alíneas “a”, “h” e “m” do subitem 9.1 deste Contrato
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação processual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII).

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III).

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas no art. 92, III na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – PI

AV. AGOSTINHO BARBOSA, Nº 420, CENTRO

CNPJ: 01.612.592-65

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato deste instrumento será publicado no Diário Oficial das Prefeituras, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

16.1. Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, compete o Foro da Justiça Comum de Elesbão Veloso - (PI), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e acordados, é lavrado o Contrato em 03 (três) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e por 02 (duas) testemunhas.

NOSSA SENHORA DE NAZARÉ-PI, XX de XXXXXX de 2024.

José Henrique de Oliveira Alves

Prefeito Municipal

EMPRESA

CNPJ nº XXXX

CONTRATADA

Testemunhas:
